

Resenha

O espírito das luzes

Tzvetan Todorov

Editora Barcarolla

São Paulo, 2008, 157 p.

O espírito humanista das luzes

Quando convidado pelo então diretor da Biblioteca Nacional da França, Jean-Noël Jeanneney, para participar da organização de uma exposição sobre o Iluminismo, Tzvetan Todorov se deparou com mais de duzentas e cinquenta peças do século XVIII, entre elas peças de escritores, pintores, músicos e intelectuais. O contato com esse acervo somado à organização da exposição permitiu-lhe conhecer melhor esse pensamento e refletir sobre o sentido de se pensarem as Luzes e o século XXI. A exposição “Luzes! Uma herança para amanhã” e o livro *O espírito das Luzes* colocam a mesma questão: pode um pensamento construído há três séculos indicar algum sentido para pensarmos os problemas atuais?

No livro afloram questões, muitas vezes, esquecidas quando nos colocamos diante do pensamento ilustrado. É lugar comum reduzir, caricaturar ou, na melhor das hipóteses, criticar o pensamento do século XVIII com aquilo que Todorov chama de “desvios modernos” das aquisições das Luzes, a saber, o racionalismo e cientificismo, o individualismo, a dessacralização radical e o relativismo generalizado. Críticas mais severas atribuem às Luzes a justificativa ao colonialismo do século XIX e o fundamento dos sistemas totalitários do século XX. Coloca-se, então, outra questão: como devemos avaliar esse pensamento agora, duzentos e cinquenta anos após seu surgimento?

Herdeiros que somos das Luzes, é de extrema importância que o cientista social as compreenda de uma forma mais complexa e profunda. O objetivo do livro é elucidar e rediscutir as Luzes e o limite das críticas feitas a elas num constante diálogo com o contemporâneo, na tentativa de impedir o reducionismo e construir aquilo que esse pensador búlgaro entende como

fundamental, um plano conceitual que nos permita tornarmos responsáveis por nossos discursos e atos.

Para responder às duas questões iniciais, Todorov escolhe estudar uma de suas vertentes: a *humanista*. Entendê-la não é tarefa fácil, pois o Iluminismo é composto por camadas de tempos e espaços diferentes que articulam, dialogam e conflitam frações do pensamento oriental vindos da China, Índia, Oriente Médio, com traços da Antiguidade e da época Clássica, da Idade Média e Renascimento. A estratégia de Todorov é mostrar, com destreza, essas imbricações, além de qualificar essas ideias por meio do cotejo com os textos de Condorcet, Voltaire, Montesquieu, Rousseau, Hume, Kant, Beccaria. A época das Luzes, portanto, para Todorov, é marcada pela multiplicidade, pelos debates, pelas interpretações e recapitulações, que só adquirem sentido quando pensadas em conjunto com as experiências concretas no mundo real.

A importância central desse período está em ser o momento em que as ideias saem dos livros e passam ao mundo real. Dito de outra maneira, essa é a época em que se exige uma atitude, uma definição em relação ao mundo. Isso explica a importância das Luzes nas revoluções dos séculos XVIII e XIX e nas ideias matrizes do pensamento ocidental, como o liberalismo, o socialismo e o conservadorismo. Dois dos exemplos concretos do ideário das Luzes foram a produção da Declaração dos Direitos dos Estados Americanos no âmbito da Revolução Americana de 1776, que funda os Estados Unidos, e o outro a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão no âmbito da Revolução Francesa de 1789.

Para Todorov, a base do projeto das Luzes está definida por três princípios: autonomia, finalidade humana das ações e universalidade. Para que o projeto se realize é essencial e necessária a coexistência desses três princípios. A subtração de um deles compromete sua efetivação. Embora o livro se divida de outra forma, esses três princípios estão presentes e juntos nos oito capítulos que o compõem. Por isso, atentarei aos princípios no diálogo com os problemas atuais, mais que aos capítulos.

Numa relação dialógica entre passado e presente, Todorov transita pelas ideias das Luzes e pelo nosso tempo. Longe da realização do projeto das Luzes, nosso autor destaca que o século XX, com suas guerras mundiais e sistemas totalitários, produziu o descrédito de ideias, como humanismo, emancipação, razão, progresso e livre-arbítrio. Por isso, Todorov propõe a necessidade de “reascender as Luzes”, fazendo-as “novamente brilhar”, com um sentido renovado.

Ele se dedica com atenção ao exame de alguns conceitos-chave das Luzes para confrontá-los com as atitudes de nosso tempo, como a *autonomia*, que o autor entende como a libertação dos homens e dos povos da tutela de outrem, seja uma autoridade divina ou humana, como um ditador ou uma ordem imposta de fora por outro povo. A liberdade de um povo e a autonomia do indivíduo são apresentadas em paralelo e só são realizáveis na relação com a emancipação. A autonomia se realiza na liberdade de examinar, questionar e duvidar. Dogmas ou instruções sagradas deixam de ordenar a vida dos homens e dos povos e a autoridade deve vir dos homens e para os homens, ou seja, leis, normas e regras devem ser criadas por aqueles a quem se dirigem. É nesse sentido que o pensamento das Luzes produz um mundo do desencanto.

O homem autônomo deve, então, abandonar sua tradição e desistir de sua crença? Ou o homem deve guiar-se unicamente pela razão? Para Todorov, a resposta às duas questões é não. Abandonar a tradição seria negar uma condição essencial dos seres humanos que é viver no interior de uma cultura, entretanto a tradição não pode ser a fonte e o critério de toda a verdade. Tudo deve estar sujeito à *crítica* como reconhecem os filósofos das Luzes.

Quanto à religião, ela deve abandonar o Estado, mas não necessariamente abandonar o indivíduo. O Estado deve ser *laico* em suas instituições e com isso garantir a tolerância às diferenças e à liberdade de consciência. A crítica das Luzes foi feita à sociedade hierarquizada do Antigo Regime, construída sob a tutela da autoridade “sobrenatural” e não pelo conteúdo das crenças. Consuma-se, portanto, a separação entre o teológico e o político, e este passa a se organizar a partir de seus próprios critérios.

Crítica e laicidade expressam uma questão de extrema importância para as Luzes: a *razão*. Todorov esclarece que o pensamento das Luzes não é ingênuo em propor que o homem possa se realizar unicamente por ela. Os pensadores dessa vertente sabiam que a espécie humana não é exclusivamente racional e destacam, com clareza, que a razão opõe-se à fé religiosa e não às paixões que devem ser radicalmente humanas. Crítica e razão estão diretamente ligadas ao conhecimento, e este pode ser emancipador desde que tenha como finalidade o homem e sua universalidade.

No percurso analítico de Todorov revela-se o duplo movimento da autonomia: a individual e a coletiva. No âmbito da autonomia individual, os homens devem exprimir seu pensamento, escolher sua religião, organizar sua vida privada, não confundindo, entretanto, autonomia com autossuficiência,

pois o homem é, em última instância, um ser social e a autossuficiência é uma armadilha.

Como autonomia coletiva, surgem a vontade geral e o interesse comum, as leis e as regras criadas pelos homens como as únicas fontes legítimas de autoridade. O Estado autônomo seria a república democrática, ou seja, o Estado regido por leis criadas pelos homens e que atendem a todos os homens.

No diálogo com o contemporâneo, Todorov aponta três problemas que decorrem da relação entre autonomia individual e coletiva: a globalização econômica, o terrorismo internacional e a força da mídia e da informação. O controle da economia, claramente não pertence à soberania popular. Pessoas com alto poder aquisitivo são capazes de modificá-la e até de criar o desemprego em massa em um país, clicando de seu computador.

Já o terrorismo internacional é ocasionado não por Estados, mas por indivíduos que, apátridas, fragilizam a soberania estatal, interferem na liberdade individual e ainda escapam às respostas militares. A força da mídia e da informação é o terceiro elemento. Acredita-se, por se comprar o jornal de preferência ou assinar os canais privados de televisão, que os indivíduos escolhem livremente, mas para Todorov isso é como uma ilusão, pois só o ato de poder comprar a informação e não a produzir foge à ideia de democracia, porque elimina a crítica e faz cair no poder ditado pelo mundo do dinheiro.

Com isso, percebe-se que a autonomia isolada não dá conta de discutir o ideal da conduta humana. Pelas grandes possibilidades de exceder, as Luzes criam seus próprios meios de regulação. O primeiro desses meios é a *finalidade humana das ações*. Não se apela mais a um Deus, a finalidade desce à Terra e passa para a *humanidade*. Outro meio de controle da autonomia está na *universalidade*. Pertencer ao gênero humano, fazer parte de uma humanidade universal, é mais fundamental que pertencer a uma determinada sociedade. Esses princípios, ao mesmo tempo reguladores, dão o tom do que deve ser a conduta humana. A universalidade e a finalidade humana devem estar relacionadas ao homem e aos povos.

Alguns direitos nasceram dessas regulações, o direito à igualdade, o direito à vida e à integridade de seu corpo. Vários Estados considerados democráticos incorporaram esses direitos à sua constituição, isso não quer dizer, no entanto, que eles sejam respeitados. A escravidão, por exemplo, foi abolida em Portugal em 1761 e no Brasil em 1888, no entanto, nesses e em vários outros países, levaram décadas para que se efetivasse. O direito ao

voto para as mulheres só foi conseguido em 1944 e tanto a escravidão como a desigualdade das mulheres eram condenadas pelos pensadores das Luzes.

Já a tortura e a pena de morte (ou o assassinato cometido por parte dos órgãos do Estado) aconteceram durante todo o século XX e continuam ocorrendo até hoje, mostrando como os ideais das Luzes ficaram para trás. As prisões de Guantánamo em Cuba e Abou Ghraib no Iraque são exemplos dessa violação que estão aqui, no século XXI. Chegou-se ao limite de, após o onze de setembro, o vice-presidente americano, Cheney, apresentar ao congresso o projeto de lei que autorizasse a tortura àqueles considerados terroristas. O projeto basicamente solicitava autorização para “sufocar sem matar”, “ensurdecer e cegar” e “impedir de dormir”. Felizmente não foi aprovado, no entanto, o governo americano não trata seus suspeitos e presos por terrorismo de acordo com a convenção de Genebra.

O direito à igualdade, à vida e à integridade de seu corpo não são negociáveis. Transgredi-los significa violar a democracia. Não se pode atingir um fim humano através de meios ignóbeis, a finalidade humana das ações se perde no caminho e a universalidade deixa de existir, perdendo-se a referência à humanidade.

Não conseguimos dar conta de todas as questões apresentadas por Todorov e mesmo as que foram abordadas estão longe de se esgotarem. O que vale deixar claro é a importância de revisitarmos o pensamento das Luzes, conscientes, no entanto, como diriam os pensadores das Luzes, de que, se quisermos ser fiéis a ela, devemos, constantemente, submetê-la ao exame crítico.

Camila Pierobon*

* Mestranda em Ciências Sociais na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro/Brasil). E-mail: camila_pierobon@hotmail.com.